

## ATA NÚMERO VINTE E DOIS



---- Ao vigésimo sexto dia do mês de Dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas, na Freguesia de União das Freguesias da Ribeira do Neiva, do Concelho de Vila Verde, no edifício da Sede da Junta de Freguesia, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia sob a presidência de Joaquim Pinheiro Gonçalves. -----

---- A Sessão teve início pelas vinte horas e trinta minutos, após o Presidente da Assembleia ter aguardado um período de trinta minutos. -----

---- Aberta a sessão e feita a chamada, verificou-se estarem presentes todos os eleitos. ---

---- Verificada a existência de quórum, o Presidente deu início aos trabalhos. -----

---- Entrando no Ponto Um da Ordem de Trabalhos – Período Antes da Ordem do Dia – subponto 1.1 - Aprovação da redação das atas das sessões anteriores da Assembleia de Freguesia, a Secretária Luísa Dantas leu as respetivas atas.-----

---- Colocadas a votação foram as mesmas aprovadas por unanimidade. -----

---- Passando ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos – Período da Ordem do Dia, subponto 2.1 - Apresentação, discussão e aprovação do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual Inicial para o ano económico de 2025, o presidente da Assembleia deu a palavra ao Executivo. No uso da palavra, o Tesoureiro Sr. José Dantas, após cumprimentar os presentes, projetou uma apresentação, a qual está disponível para consulta na sede da Junta de Freguesia. Referiu que a apresentação estava orientada essencialmente para o público, uma vez que os Srs. Deputados tiveram antecipadamente acesso ao orçamento e plano. Sumariamente, referiu que este Orçamento continua com o objetivo de assegurar uma gestão rigorosa e transparente dos recursos públicos. Que é o último Orçamento, mas não há aqui qualquer tentativa de fazer o que não é possível, ou tentar cumprir o que não foi cumprido, porque felizmente até à data, o que o Executivo se propôs fazer, tem feito. Referiu ainda quais as áreas em que o Executivo pretende intervir, e apresentou as principais rúbricas de receita e despesas previstas. Questionou de seguida os Srs. Deputados sobre a necessidade de mais esclarecimentos, não tendo havido pedidos. Terminou, após, a sua intervenção. -----

---- Colocada a proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes.-

---- Entrando no subponto 2.2 – Outros assuntos de interesse para a Freguesia, o Presidente do Executivo pediu para usar da palavra e pediu autorização para ser apresentada e votada uma proposta de autorização ao Executivo para construção de um jazigo no cemitério de Pedregais. O Presidente da Assembleia concedeu então a palavra

ao Executivo para apresentação da mesma. No uso da palavra, o Presidente do Executivo, após cumprimentar os presentes, referiu a situação do Sr. Virgílio, o qual pretende a construção de um jazigo no cemitério de Pedregais. Referiu que o Sr. já falou com o Executivo e que, após análise da situação, se constatou ser possível a construção e que o mesmo adquiriu ainda ao Executivo da Junta de Freguesia de Pedregais (antes da agregação de freguesias) um terreno para construção do Jazigo na parte nova do cemitério, que ainda não existia naquela data. Pede assim autorização à Assembleia para que o Executivo possa dar seguimento ao pedido formulado, tendo informado a Assembleia que o Sr. Virgílio se mostrou disponível para pagar o valor adicional que se mostre necessário, uma vez que o preço que pagou na altura foi substancialmente inferior ao preço atual. -----

---- Após algum debate, foi a proposta colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

---- Seguidamente, o Presidente questionou o Executivo se tinha mais alguma intervenção a realizar. O Sr. Presidente do Executivo, referiu, em primeiro lugar, um pedido formulado pela Casa do Povo da Ribeira do Neiva, a qual tem um projeto de ampliação do seu espaço, pretendendo unir o edifício antigo com o edifício novo, tendo questionado o Executivo sobre a possibilidade de cedência do espaço da antiga sede da Junta de Freguesia de Duas Igrejas, por forma a lhes ser viável a concretização desse projeto. O objetivo é que haja um melhoramento dos espaços e também da zona envolvente. Referiu ainda que o Executivo solicitou à Casa do Povo um anteprojecto, afim de poder avaliar o pedido. Mais referiu que logo que recebam a documentação, o assunto será trazido à Assembleia para apreciação. Disse ainda que queria aproveitar para falar um pouco do ano que está a terminar, tendo referido que apesar do Executivo ter feito várias coisas, não fez tudo o que pretendia, e que pessoalmente queria muito mais. Que espera que no próximo ano se concretizem vários projetos em curso e a iniciar, e que o Executivo continuará a servir todos até ao final do mandato. Terminou então a sua intervenção. ----

----- Seguidamente pediu para usar da palavra o Sr. Deputado Carlos Machado, o qual, no uso da mesma, após cumprimentar os presentes, referiu: Que é a primeira vez que faz uma intervenção e que o faz porque existem muitas promessas feitas e anos decorridos e não se vê nada feito, inclusive saneamento, água pública, parques industriais, e outras variadíssimas coisas; que, segundo consta, quando se pergunta hoje ao Presidente do Executivo sobre a realização de obras, ele responde que não podemos fazer porque o Executivo anterior deixou uma grande dívida; Que, quando o Presidente do Executivo

lhe deixou a Junta de Duas Igrejas, só de Duas Igrejas ficou a dever 53 mil euros, e que, por isso, se o anterior Executivo (a que presidiu) ficou a dever 60, 70, 80 ou 90, não foi muito. Terminou então a sua intervenção desejando um bom ano a todos. -----

---- Pediu para usar da palavra o Sr. Presidente do Executivo para responder, e, no uso da mesma, começou por referir que quando cessou o mandato na anterior junta de Freguesia de Duas Igrejas foi feita uma ata em que consta que transitou um saldo positivo; Que os 50 mil euros que o Sr. Deputado Carlos Machado falou, se a memória não lhe falha, se reportavam à obra da atual sede da União de Freguesias, e que a mesma custou cerca de um milhão de euros e foi fiscalizada pelo Município de Vila Verde; Que era o Município que enviava o dinheiro para a Junta de Freguesia e a Junta pagava ao empreiteiro; Que quando cessou o mandato, a obra estava praticamente concluída e que foi recebida mais verba pelo Executivo seguinte. Seguiu-se uma troca de palavras entre o Sr. Deputado Carlos Machado e o Presidente do Executivo, tendo o Presidente da Assembleia, dado o teor da intervenção do Sr. Deputado, com linguagem menos própria, intervindo no sentido de repor a ordem e dar continuidade aos trabalhos. O Presidente do Executivo terminou então a sua intervenção. -----

---- Pediu então para usar da palavra o Sr. Tesoureiro José Dantas, o qual, no uso da palavra, disse que foram falados assuntos que desconhece, relacionados com anteriores mandatos, mas o Sr. Deputado falou de um que conhece, nomeadamente porque é que este Executivo não faz nada, e se não faz é porque não quer. Referiu que o Sr. Machado foi presidente da Junta de Freguesia de Goães, e que não fez nenhum metro de saneamento. De água, apanhou a fase inicial. Já na União de Freguesias, nos oito anos em que esteve no Executivo, não fez nenhum metro de saneamento. Que lhe fica mal esse tipo de argumentação, porque sabe que tanto água como saneamento são obras estruturais do Município. Apenas pretendeu esclarecer esta situação porque pode ter ficado a ideia que o Sr. Machado, nos seus mandatos, fez muitos metros de água e saneamento e não fez. Terminou então a sua intervenção. -----

---- Terminado o período da Ordem do Dia, passou o Presidente para o Ponto 3 – Período da Abertura ao Público. -----

---- Usando da palavra, pediu ao público para, querendo fazer alguma intervenção, fazer a sua inscrição junto da mesa. Pediram para usar da palavra os seguintes membros do público: 1) António Félix, de Ponte de Lima; 2); Maria Barroca, de Godinhaços; 3) Luís Rodrigues, da Portela das Cabras. -----

---- Começou por chamar o Sr. António Félix, o qual, no uso da palavra e após cumprimentar os presentes, expôs a situação da sua empresa, Vitipedras, a qual tem uma fatura por receber, ainda referente ao mandato do anterior Executivo, relativa a fornecimento de pedras para o cemitério de Rio Mau. Referiu que instaurou um processo judicial para cobrança da mesma, mas que o processo terá sido mal conduzido. Pediu à Assembleia ajuda na resolução da situação, nomeadamente para receber do Executivo o valor em causa. -----

---- Foi então pelo Executivo explicado que esse valor não foi pago porque, ao contrário da restante dívida herdada do anterior Executivo e que não se encontrava refletida nas contas, cuja autorização para cabimentação e pagamento foi votada nesta Assembleia, a empresa Vitipedras exigiu judicialmente o pagamento da mesma, não tendo tido sucesso no processo judicial, pelo que o Executivo, dado existir uma decisão judicial que se pronunciou de forma negativa quanto ao pagamento daquele valor, se limitou a respeitar a decisão. Apresentou então à mesa cópia da decisão judicial, a qual foi lida à Assembleia. Nesse seguimento, o Sr. Secretário Cristiano Lopes, após ler a decisão, referiu que a mesma teve como fundamento o facto de o tipo de processo utilizado não ser o apropriado para cobrança do valor em dívida, não se tendo o Tribunal pronunciado quanto à possibilidade do Executivo poder ou não pagar o valor, ou quanto à legitimidade da empresa para o cobrar. Nesse seguimento, e após debate entre os Deputados, o Executivo e a mesa, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta de autorização ao Executivo para análise da forma de pagamento da dívida à empresa Vitipedras, relativa a fatura não contabilizada pelo anterior Executivo. Colocada a votação foi a proposta aprovada por unanimidade. Nesse seguimento, o Executivo irá pedir ao Advogado a análise da situação por forma a verificar de que forma poderá, de forma legal, ser efetuado o pagamento. -----

---- Foi então chamada a Sra. Maria Barroca, a qual, no uso da palavra e após cumprimentar os presentes, começou por referir que tinha um ponto único para trazer à Assembleia, mas, depois do que assistiu, tem de dar a sua opinião sobre o que ali se passou. Referiu que foi votada por unanimidade a autorização para construção do jazigo no cemitério de Pedregais sem que fosse consultado o regulamento do cemitério. Seguidamente referiu, quanto ao caso da Vitipedras, que inicialmente o Sr. Presidente da Assembleia disse que o valor não seria para pagar mas, após, foi votada por unanimidade a proposta para pagar o valor. Referiu que não compreende o objetivo da votação, uma vez que o Executivo ainda irá analisar com o Advogado a forma como poderá ser efetuado

o pagamento. Passou após para o assunto sobre o qual pretendia fazer a intervenção e que tem que ver com a construção da linha de muito alta tensão. Referiu que foi consultada por uma família da zona de Ponte de Lima, que lhe pediu aconselhamento jurídico, uma vez que a construção da linha destruiu um terreno com uma plantação de eucaliptos, pertença dessa família, e que constituía o meio de aquecimento da habitação. Referiu que aconselhou a mesma a recorrer a tribunal, mas que se trata de uma família de poucos recursos e as ações judiciais acarretam despesas. Assim, questionou o Executivo, como forma de sugestão, se o Executivo estava disposto a patrocinar a ação, através do Advogado da Junta de Freguesia. Terminou então a sua intervenção. -----

---- Foi então chamado o Sr. Luís Rodrigues, o qual, após cumprimentar os presentes, desejou um bom ano a todos e agradeceu o trabalho efetuado, referindo que não pode ser apenas criticar. Terminou expondo uma situação dos candeeiros danificados e com falta de lâmpada, questionando se será competência da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal. -----

---- Seguidamente pediu a palavra o Secretário Cristiano Lopes, o qual, no uso da mesma, explicou que a situação do pagamento da dívida já foi muito debatida, nomeadamente com o Advogado da Junta de Freguesia. Assim, o objetivo da votação que ocorreu foi dar autorização ao Executivo para que possa analisar a forma de efetuar o pagamento da fatura da Vitipedras. Referiu ainda que a mesa apenas teve conhecimento do fundamento legal daquela decisão judicial nesta Assembleia, e que só atendendo ao mesmo é possível analisar a possibilidade do seu pagamento. Seguidamente, no uso da palavra, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que quando disse que não seria para efetuar o pagamento, não conhecia o fundamento da decisão judicial. Só após o seu conhecimento mudou de opinião, porque a Lei é para cumprir. Pediu seguidamente ao Secretário Cristiano Lopes para ler à Assembleia o procedimento a adotar relativamente às faltas injustificadas, tendo, nesse seguimento, sido explicado à Assembleia o procedimento que será adotado relativamente ao Sr. Deputado Carlos Machado, uma vez que apresenta 3 faltas injustificadas. Atendendo a que o regimento da Assembleia de Freguesia prevê que o mesmo seja notificado sobre a proposta de perda de mandato, será remetida ao mesmo a competente notificação. -----

---- Pediu então para usar da palavra o Sr. Presidente do Executivo, o qual, no uso da palavra, referiu, em resposta à questão colocada pela Sra. Maria, que a REN, mesmo com as providências cautelares, arrancou com os trabalhos. Relativamente ao pedido concreto, referiu que não compete ao Executivo patrocinar essas ações judiciais. Se, sem

autorização, a REN entrar nos terrenos, os proprietários a primeira coisa que devem fazer é chamar as autoridades policiais. Que não pode ser o Advogado da Junta de Freguesia a patrocinar os casos particulares dos cidadãos. Terminou desejando um bom ano a todos.-  
---- Terminada a Ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida em voz alta e aprovada, vai ser assinada pela mesa, tendo de imediato o Presidente da Assembleia dado os trabalhos por encerrados, pelas vinte e duas horas e vinte e cinco minutos -----

---- O Presidente da Assembleia de Freguesia:-----



---- O Primeiro Secretário:-----



---- O Segundo Secretário:-----

